

**COOPERAÇÃO EDUCACIONAL INTERNACIONAL BRASIL/ÁFRICA:
DO PROGRAMA ESTUDANTES-CONVÊNIO DE GRADUAÇÃO (PEC-G) À
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)**

**BRAZIL/AFRICA INTERNATIONAL EDUCATION COOPERATION: FROM THE
STUDENT PROGRAMME – UNDER-GRADUATION AGREEMENT (PEC-G) TO THE
INTERNATIONAL INTEGRATION OF AFRO-BRAZILIAN CULTURE UNIVERSITY
(UNILAB)**

Deolindo de Barros (UEPB)
deolindodebarros@gmail.com

Silvia Garcia Nogueira (UEPB)
silvianogueira_ri@yahoo.com.br

Resumo: O protagonismo pacífico que vem orientando a política externa brasileira se apoia em grande medida na adesão e na construção de uma agenda positiva nas relações internacionais, envolvendo múltiplas dimensões e atores. Desde o governo Lula da Silva (2003-2010), a cooperação educacional internacional ganha destaque, em particular no que se refere aos países africanos. Entre as ações implementadas pelo governo brasileiro estão o fortalecimento do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). É destas iniciativas que este artigo trata, tendo como objetivo geral uma breve análise histórica e política da cooperação educacional internacional entre Brasil e os países africanos, contemplando ambas as experiências. A pesquisa aponta para um entendimento de que as ações governamentais estabelecidas a partir da lógica da cooperação para o desenvolvimento e da cooperação internacional propriamente dita, como é o caso do PEC-G e da UNILAB, se por um lado reforçam o *soft-power* brasileiro junto ao Sul global, por outro correspondem a ações concretas de estreitamento de laços políticos e sociais entre os países da CPLP. Para isso, apoiou-se em dados coletados em sites oficiais do governo brasileiro e em bibliografia pertinente ao tema.

Palavras-Chave: PEC-G. UNILAB. Cooperação Internacional Educacional.

Abstract: The peaceful role that has been guiding the Brazilian foreign policy relies largely on applying and building a positive agenda in international relations involving multiple dimensions and actors. Since the government of Lula da Silva (2003-2010), international educational cooperation is emphasized, in particular in relation to African countries. Among the actions taken by the Brazilian government are strengthening the Students-Agreement Graduate Program (PEC-G) and the creation of the University of International Integration of the Afro-Brazilian Culture (UNILAB). This article deals with these initiatives and its overall objective is a brief historical and political analysis of international educational cooperation between Brazil and African countries contemplating both experiences. The research points to an understanding that government actions established from the logic of development cooperation and actual international cooperation, such as the PEC-G and UNILAB, on the one hand reinforce the Brazilian “soft power” within the global South, on the other correspond to concrete actions for closer political and social ties among the countries of the Community of Portuguese Speaking Countries. To this end, it relied on data collected from official websites of the Brazilian government and relevant literature to the topic.

Key-words: PEC-G. UNILAB. International Education Cooperation.

Recebido: 06/07/2015

Aprovado: 01/10/2015

Questões iniciais

O protagonismo pacífico que vem orientando a política externa brasileira (PEB) se apoia, em grande medida, na adesão e na construção de uma agenda positiva nas relações internacionais que envolve múltiplas dimensões e vários atores. Particularmente no pós-11 de setembro de 2001, enquanto parte dos estados do “Norte” instituíam políticas de endurecimento com estrangeiros e migrantes internacionais (MENEZES, 2007; PÓVOA-NETO, 2005), dentro de uma agenda voltada para a “guerra ao terror”, o Brasil se direcionou para outras prioridades, em especial para a cooperação internacional, buscando empreender ações de benefícios mútuos para os países nela envolvidos.

Saliente-se que, ainda que “Norte” e “Sul” constituam conceitos vagos, são amplamente utilizados nos campos político e acadêmico das relações internacionais. Aqui, dentro de um sistema político hierarquizado de classificação internacional, entende-se “Sul” como conjunto de países que poderiam ser identificados como de Terceiro Mundo, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, ou mesmo potências emergentes. O contraponto é feito com o “Norte”, relativo a países de Primeiro Mundo, desenvolvidos ou grandes potências. Mais importante que as definições de um e outro é a assimetria que marca a relação entre países que pertencem a um ou outro conjunto.

Desde o governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), a cooperação educacional internacional vem ganhando destaque. No nível doméstico tem ocorrido um incentivo à internacionalização acadêmica das instituições de ensino superior (IES), conforme visto, criticamente, em Sebastián (2004) e, quanto à Cooperação Universitária para o Desenvolvimento (CUD), em Zanesco & Salomón (2013). Segundo o Ministério das Relações Exteriores (MRE, 2015), “o tema está fortemente ligado ao desenvolvimento econômico e social, à cooperação internacional e à promoção da convivência cultural das sociedades”, permitindo à PEB agir em “pelo menos três vertentes”: 1) econômica, “ao relacionar-se diretamente à qualificação da mão-de-obra de um país”, interferindo no desenvolvimento econômico do mesmo e em uma melhor inserção no mercado internacional; 2) política, promovendo a “aproximação entre os estados por meio dos seus nacionais”, a partir de princípios de “solidariedade e respeito”; 3) cultural, com o estreitamento de laços baseados em valores compartilhados de “tolerância” e “compreensão mútua”, produzidos na “convivência”, no “aprendizado do idioma” e na “troca de experiências”.

A política externa, nesse sentido, buscou uma inserção internacional interdependente, sob forma de cooperação horizontal, com os países do “Sul”, particularmente com os estados africanos, direcionada para o desenvolvimento desses países e sem os constrangimentos e condicionamentos existentes no relacionamento com os do “Norte” (NOGUEIRA, 2013a; ABREU, 2012).

A despeito da possibilidade de a cooperação poder incorrer no que Mariani (2007, p. 241 apud SILVA, 2012, p. 135) chamou de “ideologia do déficit” – entendida como uma perspectiva

etnocêntrica em que os países mais pobres são percebidos como atrasados, deficientes, primitivos e subdesenvolvidos – , Silva chama a atenção para o fato de que o “governo brasileiro insiste no discurso da solidariedade para o desenvolvimento” (2012, p. 136). A cooperação internacional voltada para o desenvolvimento, no contexto de tal debate, ganha o sentido atribuído por Ayllón (2007, p.36):

El conjunto de acciones que realizan gobiernos y sus organismos administrativos, así como entidades de la sociedad civil de un determinado país o conjunto de países, orientadas a mejorar las condiciones de vida e impulsar los procesos de desarrollo en países em situación de vulnerabilidad social, económica o política y que, además, no tiene suficiente capacidad para mejorar su situación por si solos.

Para Patarra & Baeninger (2006), em uma dimensão menos simbólica e mais pragmática, o que está em jogo é o fato de se estar vivendo um momento crucial no sentido de decidir, no plano internacional, que países terão acesso ao desenvolvimento econômico, superando a condição de ser eternamente “em desenvolvimento”. De acordo com essa ótica, é preciso ressaltar que, se por um lado a mobilidade estudantil internacional permite melhor formação de quadros profissionais para atuação no estado emissor de estudantes dentro da parceria horizontal, por outro é fundamental que se criem condições no país de origem para a fixação desses profissionais altamente qualificados no exterior em seus países de origem, evitando o problema que a “fuga de cérebros” gera quando se pretende contribuir para o desenvolvimento do país emissor (NOGUEIRA, 2013b).

Entre as ações implementadas pelo governo brasileiro na construção de uma agenda positiva, no caso, baseada na cooperação educacional internacional, está o fortalecimento do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). É destas iniciativas que este artigo trata.

O objetivo geral do trabalho consiste em uma breve análise histórica e política da cooperação educacional internacional entre Brasil e os países africanos. Primeiramente, essa cooperação é demonstrada desde seu contexto político original, os caminhos trilhados, algumas mudanças sofridas, os resultados obtidos, bem como os desafios que os novos tempos impõem aos países e às instituições que procuram meios para fomentar o processo de desenvolvimento. Para isso, foram realizadas consultas em sites governamentais brasileiros, como os do Ministério das Relações Exteriores (MRE), do Ministério da Educação (MEC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) etc., em busca de dados oficiais quanto ao tema. Em seguida, traz um panorama geral da UNILAB, apresentando as atividades implementadas e os resultados alcançados nos seus cinco anos de existência (2010-2015). Por fim, mostra a necessidade e a importância de

(re)potencializar o intercâmbio educacional internacional Brasil/África, e os possíveis efeitos práticos dessa prática.

1. Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G): uma breve história

Ao debruçar-se sobre a história do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), isso remeteria no tempo a um ciclo de meio século de história, pois foi nos anos 1960 que o Brasil começou a manter relações e programas de cooperação educacional internacional e técnica mais formais com os países em vias de desenvolvimento, designadamente países africanos e latino-americanos. Atualmente países asiáticos também entraram no rol de países que se encontram no arco da cooperação educacional internacional do Governo brasileiro – vide Timor Leste, com maior número de estudantes entre os sete países asiáticos que no momento participam do PEC-G.

Convém ressaltar aqui relatos que mostram, entretanto, que desde a época colonial e durante o período escravocrata, algumas elites negras africanas já enviavam seus filhos à Terra de Vera Cruz para fins de formação e qualificação. Quanto aos latino-americanos, de acordo com os dados do próprio Manual do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (2000), já no início do século XX (1919) começaram a frequentar as universidades brasileiras. Nos anos 1960, o PEC-G teria aparecido, entre outras razões, para ampliar e consolidar essa parceria. Nesse mesmo período, em jeito de reciprocidade, brasileiros também começaram a frequentar algumas universidades latino-americanas (no Uruguai, por exemplo).

A despeito de ter ocorrido de modo isolado e esporadicamente desde o início do século XX, o intercâmbio de estudantes da América Latina antecipou o dos estudantes africanos, haja vista que esta região do mundo logrou autonomia política desde as primeiras décadas do século XIX. A cooperação educacional e cultural do Brasil com os países africanos começou a ser palpável a partir da década de 1960, com o tardio processo de descolonização política do continente africano. Para se ter ideia, até 1945 (fim da Segunda Guerra Mundial) somente quatro países africanos eram independentes: Etiópia (desde a antiguidade, pois nunca foi colonizada), Libéria (1847), África do Sul (1910) e Egito (1922).

No caso dos antigos territórios coloniais portugueses (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), atualmente parceiros mais fortes do Brasil no campo educacional, a independência teve seu lugar em uma etapa muitas vezes bem posterior àquela das então colônias francesas e inglesas, ou seja, na década de 1970 (1974/75). Saliente-se que os primeiros permanecem sendo os maiores parceiros do Brasil no setor da cooperação técnica, educacional e cultural, não apenas por terem enviado e continuarem enviando contingentes significativos de estudantes universitários ao Brasil. De acordo com dados de 2013, mais da metade das vagas do PEC-G destinadas ao continente africano foi para Cabo Verde. Diferentemente do que

se supõe nas últimas três décadas foi o Brasil quem mais formou quadros cabo-verdianos e colaborou com este país na implementação de seu próprio ensino superior, e não Portugal (MORAIS, 2013). Outro ponto é que, em 2010, o Brasil instituiu a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) para cooperar exclusivamente com os países lusófonos, especialmente os africanos, na área de formação e qualificação de recursos humanos (este assunto será tratado adiante em item particular).

Cabe ressaltar brevemente aqui que, entre outros fatores de empecilho ao início da cooperação de qualquer ordem entre Brasil e os territórios coloniais portugueses na África, há o fato de que, dentre as condições para reconhecer a independência do Brasil, Portugal exigiu que este não se intrometesse nos assuntos de seus territórios coloniais na África (apoio ao colonialismo português). As relações do Brasil com a África do Sul (apartheid) igualmente retardaram o estabelecimento da cooperação Brasil/África. Conforme Mendonça Jr. & Faria (2015),

apesar dos seculares laços histórico-culturais que unem Brasil e África, os vínculos institucionais são bastante recentes. Na estrutura do Itamaraty, a primeira Divisão (sub-unidade de um Departamento) específica ao continente africano foi criada apenas em 1961. Nesse ano, igualmente, ocorreu a primeira visita de um Chanceler brasileiro à África. Demorariam mais 22 anos para que ocorresse a primeira visita de um presidente brasileiro àquele continente, em 1983. A partir de então, as relações Brasil-África tornaram-se mais intensas, como demonstram a realização da I Cúpula dos Países de Língua Portuguesa, em 1989, e a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em 1996, e da Cúpula América do Sul-África, em 2006. Apesar dessa intensificação, no entanto, as relações Brasil-África têm se caracterizado por ciclos de expansão e retração. Esses ciclos estão espelhados nas variações na corrente de comércio e no número de representações diplomáticas.

Mungoi (2007) também ressalta a reorientação de política externa do Brasil para a África de modo a atender novas demandas de estratégia política e diplomática mundial, com a instalação das primeiras representações diplomáticas no continente africano a partir de 1961 e a recepção dos primeiros estudantes africanos provenientes do Senegal, Gana, Camarões e Cabo Verde – ao todo 16.

A chegada ou possibilidade de chegada ao contingente de estudantes africanos (e o aumento contínuo da presença de latino-americanos) impulsionou o Brasil a refletir sobre a necessidade de institucionalizar e fortalecer a cooperação educacional com seus pares, enfim, regulamentar o intercâmbio estudantil e fazer com que as Instituições de Ensino Superior oferecessem condições equiparáveis a esses estudantes, surgindo deste modo os designados Convênios de Cooperação Cultural bilateral.

É nessa esteira que, no Relatório do Ministério das Relações Exteriores (MRE) de 1964, o PEC-G ganha sua atual designação. Nasce, assim, a figura do estudante-convênio que, baseado nos

Convênios bilaterais do Brasil com os demais países, é escolhido por via diplomática. Diferentemente dos estudantes brasileiros, os estudantes-convênio não prestam concurso vestibular, pois contam com vagas específicas disponibilizadas pelas IES que aderem ao PEC-G (seleção diplomática), mas têm de cumprir certos requisitos nos seus próprios países de origem, notadamente ter bom desempenho nos cursos colegiais/liceais ou similares e recursos financeiros para se manterem no país de acolhimento.

Convém frisar que muito recentemente deixou-se de exigir declaração de renda junto à Polícia Federal (PF) para efeito de prorrogação/renovação de visto, o que muito facilitou a vida dos estudantes-convênio, pois, muitos, frequentemente enfrentavam dificuldades para conseguir tal declaração. Igualmente estão isentos do pagamento de taxas e mensalidades. Essas medidas servem basicamente para viabilizar a entrada desses estudantes nas Instituições de Ensino Superior brasileiras.

Porém, é preciso pontuar, aqui, algumas restrições impostas pelas regras do intercâmbio aos estudantes-convênio, dentre elas: não poder complementar seus estudos em outro país durante a sua formação no Brasil; não repetir três vezes na mesma disciplina; não reprovar em mais de duas disciplinas no mesmo semestre (a partir do 2º ano ou do 3º semestre do curso).

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) é um programa de cooperação técnica e educacional internacional da República Federativa do Brasil direcionado aos países em vias de desenvolvimento ou países que aqui consideramos pertencer ao que a literatura designa de Sul global por não fazerem parte ainda dos países centrais e dos países do Norte global (Europa Ocidental e América do Norte, nomeadamente). Portanto, o PEC-G traduz-se num significativo dispositivo de cooperação educacional internacional que o Brasil disponibiliza aos países que se enquadram nessas condições e que apresentam características de países em vias de desenvolvimento.

O PEC-G é administrado conjuntamente pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE ou ainda Itamaraty) e o Ministério da Educação (MEC), em que o primeiro é auxiliado pela Divisão de Temas Educacionais (DCE) e as Repartições consulares e Missões diplomáticas acreditadas nos países participantes desse Acordo de Cooperação, e o segundo conta com a colaboração da Secretaria de Ensino Superior (SESu) e das Instituições de Ensino Superior (IES). Todavia, o MEC apenas começou a participar dessa política de cooperação educacional nos anos 1970, pois, até 1974, o Itamaraty fazia esse trabalho sozinho, apesar de receber relativo apoio das Instituições de Ensino Superior.

A competência e as responsabilidades da execução das normas regulamentares do PEC-G estão nitidamente alocadas segundo sua natureza:

de um lado, o DCT¹, órgão que faz o gerenciamento externo do Programa, articulado com as Missões diplomáticas responsáveis pela coordenação do PEC-G nos países signatários dos Acordos Culturais; de outro, a SESu, órgão do MEC, responsável por promover a execução interna do Programa, articulada com as IES participantes do PEC-G. Ao se prever a coordenação das atividades gerais e a reunião periódica dos representantes do PEC-G nessas IES, busca-se promover o aprimoramento da aplicação das normas protocolares e deste manual (BRASIL. MEC, 2000, p.22).

Por se tratar de um acordo de cooperação vocacionado aos países em vias de desenvolvimento, a finalidade principal do PEC-G reside na formação e qualificação de recursos humanos, formando cidadãos de países que participam desses intercâmbios de educação e cultura proporcionados pelo Brasil. A formação superior (graduação) é efetuada nas Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil, depois os novos quadros devem voltar aos seus países de origem e ajudar no processo de desenvolvimento sócio-econômico, transmitindo o conhecimento, a experiência e o *savoir-faire* adquiridos e acumulados ao longo da formação no Brasil.

Por consequência, o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação comporta quatro fases: processo seletivo, matrícula e estada na Instituição de Ensino Superior, graduação e formatura/regresso ao país de origem.

O Brasil é dividido em cinco regiões, composto por 26 Estados e o Distrito Federal: Regiões Centro-Oeste (Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal); Nordeste (Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe); Norte (Estados de Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins); Sudeste (Estados de Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo); e Sul (Estados de Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina).

Por haver universidades públicas federais em todas as regiões e Estados/unidades da federação, é possível encontrar estudantes-convênio em todas elas. O curioso é que, pelos dados recolhidos no sítio do Ministério da Educação do Brasil, o Estado de Rondônia não apresenta nenhuma universidade conveniada ao PEC-G, nem mesmo as duas únicas universidades públicas: Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e Instituto Federal de Rondônia (IFRO).

Atualmente o Brasil tem mais de 60 universidades federais. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), no seu Censo da Educação Superior de 2010, mostra que há um total de 2.377 Instituições de Ensino Superior (278 públicas e 2099 privadas) no Brasil. De acordo com a legislação brasileira as universidades podem ser públicas, aquelas instituídas ou gerenciadas pelo poder público (União, Estados ou Municípios); e privadas, as que são administradas por

¹ O Manual de Estudantes-Convênio de 2000 trata do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica (DCT), enquanto que no último manual (2014) aparece a Divisão de Temas Educacionais (DCE), naturalmente órgão ligado ao Ministério de Relações Exteriores (MRE).

pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, podendo deste modo assumir as seguintes tipificações (particulares, comunitárias, altruístas e confessionais).

As universidades estaduais e privadas igualmente recebem estudantes conveniados. Só não recebem estudantes-convênio as universidades que não aderiram formalmente ao Programa, isto é, que não fazem parte do PEC-G. Os estudantes-convênio, da mesma forma que os estudantes brasileiros, podem graduar-se nas mais diferentes áreas de conhecimento, que vão de Biológicas a Tecnológicas e Exatas, até Humanas e Artes, abarcando naturalmente inúmeros cursos. Letras, Comunicação Social, Administração, Ciências Biológicas e Pedagogia são os cursos que disponibilizam o maior número de vagas.

Especificamente no que se refere aos estudantes africanos que chegam ao Brasil dentro do PEC-G, Mungoi (2007, p.192) destaca que, apesar do programa ter se expandido na África nos anos 1970, a presença desses alunos nas universidades brasileiras ainda era tímida em termos quantitativos, uma vez que nesse período “a universidade e a pesquisa se consolidam no Brasil, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) conquistam suas independências nacionais e estabelecem pactos com países do bloco socialista”, encaminhando seus estudantes para países desse bloco. Para a autora, somente na década de 1990, com o fim da Guerra Fria, marcada por uma nova etapa nas relações entre o Brasil e os países africanos no campo da educação superior, é que as instituições brasileiras registram um crescimento do número de estudantes africanos (2007, p.193).

Em um universo de 54 países africanos, constata-se que aproximadamente a metade deles (23) já aderiu ao PEC-G nessas últimas cinco décadas de cooperação educacional com o Brasil. Há também países que faziam parte, mas hoje não participam mais do PEC-G, como Botsuana, Lesoto, Mauritânia, Zâmbia e Zimbábue.

Ao cruzar os dados do MRE e do MEC, percebe-se que alguns países como África do Sul, Argélia, Mali, Marrocos, Namíbia, Tanzânia e Tunísia têm ainda participações tímidas (ou nenhuma) no Programa. Já Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola sobressaem como os três países africanos com maior número de estudantes selecionados na última década e, seguramente, em todos os tempos.

Atualmente, segundo o MRE (BRASIL, 2015a), os seguintes países (vide tabela 1) fazem parte do Programa: África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Egito, Gabão, Gana, Guiné-Bissau, Mali, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, República Democrática do Congo, República do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Tanzânia, Togo e Tunísia.

Tabela 1. PEC-G – Selecionados – África - 2000 a 2015

PAÍS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
Angola	3	21	29	23	33	11	31	28	91	68	48	83	63	53	59	77	721
Argélia																	2
Benin									11	5	7	19	39	37	73	48	239
Cabo Verde	117	65	227	263	192	230	314	265	381	206	133	74	155	88	104	119	2933
Camarões			1					2	1		3	6	3	9	7	3	35
Costa do Marfim				1	1			3	1				1	4	9	4	24
Gabão		11		2	1	1	3	4							3	4	29
Gana	2	3	7	9	11	6	3	3	6		1	1		7	26	23	108
Guiné-Bissau	36	88	111	97	58	186	159	19	133	181	95	55	118				1336
Mali							2										2
Moçambique	12	13	27	21	26	27	13	9	4	4	9	7	8	13	13	9	215
Namíbia	1	1														6	8
Nigéria	9	6	7	11	14	27	19	22	32			12	1	2	6	2	170
Quênia		4	14	14	11	12	5		6	3	3	3		2		4	81
R. D. Congo								9	106	46	78	92	28	19	12	25	415
Rep. Congo													4	6	4	2	16
S. Tomé e Príncipe			24		47	147	35	13	12	4	6	19	12	3	19	17	358
Senegal	7	2	4	1	1	3	5	1				1	1	4	1	6	37
Togo												4	11	8	3	6	32
TOTAL	187	214	451	442	395	650	589	378	784	517	383	376	444	255	339	357	6761

Fonte: Brasil (2015a).

Com base na tabela apresentada, nota-se que nos últimos treze anos o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação chegou a selecionar cerca de 6.000 estudantes africanos, portanto, fazendo do continente africano a região do globo com mais selecionados entre aquelas com as quais o Brasil mantém esse Acordo de cooperação educacional, cultural e/ou científico-tecnológico. No mesmo período, a América Latina teve 1.636 estudantes selecionados, com destaque para Paraguai, Equador e Peru, e a Ásia, 39 (de 2006 a 2009), dos quais 36 originários de Timor Leste.

Como referido anteriormente, os países mais relevantes na oferta de candidatos são, indubitavelmente, as ex-colônias portuguesas, entre elas Cabo Verde (abrindo larga vantagem sobre os demais países africanos), Guiné-Bissau e Angola.

As ligações históricas e afinidades culturais tornam as relações entre o Brasil e o continente africano particularmente fluidas, especialmente com os países com os quais partilha a língua portuguesa. Os cinco países lusófonos da África são os principais destinatários da cooperação técnica e os investimentos por parte da indústria brasileira têm-se multiplicado, especialmente nas áreas de construção, petróleo e mineração (ABC, 2011; IGLESIAS e COSTA, 2011 *apud* CABRAL, 2011, p. 2).

De maneira geral, isto é, levando-se em conta as vagas oferecidas não apenas ao continente africano, mas também à América Latina e à Ásia, uma média anual de 400 alunos selecionados no PEC-G e aproximadamente a metade (200) formam-se em igual período de tempo. Estes números

em si expressam a consolidação do PEC-G nos seus 50 anos de história, bem como a importância do Programa para ambos os lados cooperantes (Brasil e seus parceiros).

2. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

“Nossa pátria é a língua portuguesa”.
Fernando Pessoa

A criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) representa um passo adiante da política educacional internacional do Brasil e seu plano de expandir o ensino superior além-fronteiras. Expressa, ainda, uma orientação da Política Externa Brasileira (PEB) para o Sul Global, com especial atenção para a cooperação com os países africanos.

O Brasil tem-se esforçado, junto à comunidade internacional, em adotar compromissos para o desenvolvimento da África. Nesse sentido, a Unilab se adapta às recomendações que indicam a importância de as universidades se dedicarem à busca do desenvolvimento econômico e social e à promoção da pesquisa. Esta instituição de ensino superior, desse modo, representa um avanço na política brasileira de cooperação com a CPLP, refletindo o engajamento do Brasil com a proposta da comunidade internacional (DIÓGENES & AGUIAR, 2013, p. 12).

Originada por um projeto de lei de 2008, fundada em 2010, dando início às suas atividades acadêmicas em 2011, a UNILAB é uma instituição pública federal sediada na cidade de Redenção, Estado do Ceará. Por tratar-se de uma universidade cheia de simbolismos, a cidade de Redenção foi escolhida justamente por ser a primeira cidade brasileira a abolir a escravidão em 1883. Cabe dizer que a abolição da escravidão no Brasil só ocorreu cinco anos depois, isto é, em 1888.

Tratando ainda de simbolismos da UNILAB, o Campus dos Malês, na Bahia, fica situado em São Francisco do Conde, município que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), concentra o maior percentual de população negra no país. A solidariedade com a África, a procura da igualdade racial no Brasil, fazer com que recursos e conhecimentos cheguem às regiões onde se encontram os campi (regiões mais remotas e afastadas do centro), promover a integração cultural entre diferentes povos, enfim, igualdade na diversidade, são os propósitos desta instituição, que também têm um forte simbolismo. Os símbolos são importantes, pois geralmente carregam em si algo vinculado à história, à cultura, à ideologia, aos patrimônios (i)materiais, às religiões, às crenças etc.

Como o próprio nome já propõe, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira é composta pelos países lusófonos das diferentes regiões do globo (África, América Latina, Ásia e Europa) que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Entre eles, além do Brasil (autor do projeto e país sede), Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, Timor Leste e São Tomé e Príncipe fazem parte da instituição. Macau não

está excluído da UNILAB. Guiné Equatorial, o mais novo membro da CPLP (2014), provavelmente pode vir a fazer parte dessa empreitada, sem contar outros países com pedido de adesão à CPLP, que se aceitos, podem ter em princípio suas situações avaliadas.

À semelhança de outras instituições públicas federais brasileiras de ensino superior, a UNILAB tem como tripé o ensino, a pesquisa e a extensão universitária. Seu papel institucional particular é a formação de recursos humanos para a integração entre o Brasil e os países da CPLP, sobretudo os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). A interiorização do ensino superior (com mais acesso, inclusão social e desenvolvimento nacional), investimento em ciência e tecnologia, desenvolvimento regional e cooperação cultural, científico e educacional traduzem-se em outras finalidades da instituição. Para reforçar a cooperação internacional e intercâmbio acadêmico altruísta, seu corpo docente e discente é composto por brasileiros e cidadãos de nações parceiras.

Espera-se que a UNILAB tenha até 5.000 estudantes nos cursos presenciais de graduação, mestrado e doutorado (há cursos à distância, também), um corpo docente de 300 professores (metade efetivos e outra metade de visitantes). Pelo que determina o Projeto de Lei que criou a instituição, ela terá na sua base quatro centros e 11 cursos. Atualmente, a instituição conta com 2176 estudantes na graduação, sendo 1526 brasileiros, 386 guineenses, 77 cabo-verdianos, 70 timorenses, 53 santomenses, 46 angolanos e 18 moçambicanos. Há, ainda, 105 estudantes na pós-graduação. Igualmente a instituição aceita cooperar de forma provisória ou contínua com universidades (ou instituição equivalente) dos países da CPLP.

Tabela 2. **Convênios com Instituições da CPLP**

PAÍS	QUANTIDADE
Angola	2
Brasil	9
Cabo Verde	3
Guiné-Bissau	1
Moçambique	4
Portugal	5
São Tomé e Príncipe	2
Timor-Leste	1

Fonte: DIÓGENES & AGUIAR, 2013, p. 14.

A escolha dos cursos ofertados pela UNILAB obedeceu a critérios relacionados a interesses recíprocos de modo a suprir necessidades conjuntas do Brasil e dos países africanos, notadamente os pertencentes aos PALOP (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe). Até o momento a UNILAB conta com os seguintes cursos de graduação: Administração Pública, Agronomia, Antropologia, Bacharelado em Humanidades (BHU), Biologia, Ciências da Natureza e Matemática, Enfermagem, Engenharia de Energias, Física, Letras (Língua

Portuguesa), Pedagogia, Química e Sociologia. Pós-graduação: Gestão em Saúde, Gestão Governamental, Gestão Pública, Gestão Pública Municipal, Histórias e Culturas Afro-brasileira, Índigena e Africana e MASTS (Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis). Tais cursos estão distribuídos nos três campi da universidade: Campi da Liberdade e das Auroras (Redenção, Ceará) e Campus dos Malês (São Francisco do Conde, Bahia). Há também a Unidade Acadêmica dos Palmares (Acarape, Ceará).

Como fundamento para o planejamento educacional dos governos federal, estadual e municipal, foi seguido o Plano Nacional de Educação, determinado pela Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001. Destarte, eis aqui os fulcros da cooperação internacional das universidades, conforme a página cinco do Projeto de Lei nº 3891/08, do Executivo, que dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira – UNILAB e dá outras providências:

No mundo contemporâneo, as rápidas transformações destinam às universidades o desafio de reunir em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, os requisitos de relevância, incluindo a superação das desigualdades sociais e regionais, qualidade e cooperação internacional. As universidades constituem, a partir da reflexão e da pesquisa, o principal instrumento de transmissão da experiência cultural e científica acumulada pela humanidade. (BRASIL. Projeto de Lei nº 3891/2008)

Universidade internacional com projeto político-pedagógico ambicioso de integração internacional com os países africanos, especialmente os PALOP, a UNILAB é resultado da cooperação Sul-Sul do Brasil re(potencializada) com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, com os governos Lula (2003-2010), tendo continuidade com o atual governo Dilma Rousseff (2010-2014; 2015-). A instituição visa à cooperação humanitarista e solidária, horizontal (não vertical) com seus pares do Sul global, praticamente África e Ásia, o que fica explícito pela prioridade aos cursos oferecidos.

Além da superação dos desafios internos, cabe aos países em melhores condições de desenvolvimento cooperar para que aqueles países em condições desfavoráveis vençam os obstáculos estruturais que impedem o desenvolvimento global. Nos últimos anos, o Brasil tem realizado importantes parcerias no âmbito da cooperação Sul-Sul rumo à concretização deste objetivo. Dentre os principais parceiros, especialmente no âmbito da educação superior, estão os países pertencentes à África e à América Latina, principalmente aqueles com baixo índice de Desenvolvimento Humano – IDH, destacando-se os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOPs. (BRASIL. Projeto de Lei nº 3891/2008).

Ainda que o Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) há cinco décadas tenha sedimentado a cooperação educacional internacional entre África e Brasil, o surgimento da UNILAB representa uma iniciativa de maior fôlego dessa cooperação educacional internacional entre tais parceiros.

Uma vez que a UNILAB objetiva a formação de recursos humanos (com investimento em educação e pesquisa), visando ao desenvolvimento econômico do Brasil e demais países do Sul global, é preciso ressaltar aqui as reflexões de Schultz (1967, 1973) e sua ideia de capital educacional (fundamento para a teoria do capital humano proposta por Gary Becker – economista americano), mostrando que a educação torna as pessoas rentáveis e que uma boa política sanitária incrementa a recompensa dos investimentos efetuados em educação. Saliente-se que Theodore William Schultz (1902-1998), economista ianque, é conhecido por suas reflexões sobre o valor econômico da educação e o capital humano. Em 1979, ganhou o Prêmio Nobel de Economia juntamente com William Arthur Lewis (Reino Unido), por suas pesquisas revolucionárias sobre desenvolvimento econômico, especialmente os problemas concernentes aos países em desenvolvimento.

Nesse caso, é razoável assinalar que as externalidades da política educacional internacional do Brasil (na figura de UNILAB) e os cursos direcionados para a supressão das necessidades tanto do Brasil quanto dos países africanos, propostos por esta instituição (assinala-se aqui os cursos de saúde pública, gestão pública e privada, formação de professores, desenvolvimento agrário, engenharia de energias), obedecem a estratégias específicas. Desnecessário dizer o quanto os países parceiros do Brasil na UNILAB precisam de investimentos especialmente em saúde e educação, sem esquecer energia, transporte, (tele)comunicações, enfim, investimentos nos setores vitais que melhorem substancialmente as infraestruturas dos países africanos (e do Brasil também).

3. Por um reforço da parceria educacional internacional Brasil/África e além

No ciclo pós-Segunda Guerra Mundial, Schultz (1967) quis entender porque Alemanha e Japão apresentavam uma *performance* melhor que Reino Unido. A conclusão a que o autor chegou foi a de que os dois primeiros países recuperaram suas economias mais rapidamente que o Reino Unido, por terem uma população sã/sadia e com elevado nível educacional. Isto posto, tudo indica que os países africanos não têm muita saída na procura da viabilização de seu processo de desenvolvimento sem a valorização dos recursos humanos, investindo-se em saúde e educação.

Ademais, o desenvolvimento sustentável, ou seja, a harmonização entre crescimento econômico, igualdade social e estabilidade do meio ambiente (outro assunto que interessa ao Brasil e seus parceiros), geralmente requer também uma boa política de saneamento básico. Estudos demonstram que um país com péssimo saneamento básico, diga-se aqui de passagem, sem redes de esgotos ou esgotos a céu aberto (e demais problemas correlacionados), dificilmente alavanca seu processo de desenvolvimento. Tal acontece na medida em que nessas circunstâncias ocorre muita desidratação entre as crianças, o que acarreta sérios prejuízos, pois dos 0 aos 5 anos tudo o que uma criança consome vai essencialmente para a formação da massa cerebral. Sendo assim, essas crianças

seriam pessoas frágeis no futuro, sem muita capacidade de aprendizagem, inovação e criação. Sabendo que a rigor e no limite, a riqueza consiste essencialmente na produção e geração de novas ideias (saberes, conhecimentos científicos e tecnológicos), países nessas condições não seriam tão inovadores e geradores de riqueza. Logo, estariam fadados a perpetuar sua condição de pobreza ou, no mínimo, protelar seu progresso.

Iniciativas governamentais estabelecidas a partir da lógica da cooperação para o desenvolvimento e da cooperação internacional propriamente dita, como é o caso do Programa Estudantes-Convênio de Graduação e o da UNILAB, se por um lado reforçam o *soft power* (poder brando) brasileiro junto ao Sul global, por outro correspondem a ações concretas de estreitamento de laços políticos e sociais entre os países da CPLP. No que tange ao Brasil propriamente dito, conforme Mungoi (2007, p. 213), ademais, torna-o um país de “imigração temporária e formação superior”.

Em outro ângulo da cooperação educacional voltada para o desenvolvimento dos parceiros envolvidos, espera-se que o ajustamento do ensino superior aos objetivos da integração – via intercâmbio de alunos e profissionais da educação – proporcione a eles verdadeiros ganhos em termos de melhoria socioeconômica.

Nesse sentido, especialmente no que se refere à UNILAB, a expectativa institucional é que se possa produzir conhecimentos científicos e tecnológicos úteis à melhoria de condições de vida dos cidadãos em seus países de origem e na própria região em que está situada, gerando possibilidades concretas de desenvolvimento.

“A compreensão mais rigorosa do mundo é um dos instrumentos mais poderosos com que podemos contar”, considerava Bourdieu (2008, p. 4). O discurso de posse do atual reitor da UNILAB, Santos (2015), no dia 16 de março de 2015, parece ir nessa direção:

Comprometo-me ainda em desafiar a competência acadêmica da Unilab para a realização de pesquisas voltadas para a vida prática e para a compreensão do mundo. Isto quer dizer, por um lado, pesquisas que resultem em novas tecnologias, no conhecimento crítico e no aperfeiçoamento das novas práticas sociais e culturais. Por outro lado, pesquisas básicas que busquem o desconhecido, o que se esconde sob a trama dos complexos fenômenos naturais e humanos – culturais e sociais; pesquisas que nos permitam melhor compreensão da natureza e da vida; para torná-la, a vida, melhor, mais bonita, mais admirável; para que nos ajudem a compreensão do estar no mundo; para melhorar a convivência humana com as diversidades linguísticas, estéticas e culturais; para melhorar a relação entre nós mesmos e com a natureza.

Portanto, fica evidente que a UNILAB – pode-se incluir ainda o PEC-G como iniciativa no mesmo sentido – é um canal para que brasileiros e africanos entendam o mundo (e o seu próprio mundo) a partir da ótica da solidariedade presente na cooperação educacional e na construção de uma agenda positiva das relações internacionais.

Questões finais

A análise histórica da cooperação educacional internacional Brasil-África demonstra que sua consolidação ocorreu gradativamente ao longo de suas cinco décadas de existência, sendo mais proeminente a partir da década de 1990, com uma reorientação de política externa mais voltada para o continente africano e com outros países do chamado Sul Global. Dentre alguns fatores que contribuíram para a sedimentação dessa parceria educacional, destacam-se os laços históricos e afinidades culturais entre essas duas regiões atlânticas, bem como o compartilhamento do fator linguístico (a língua portuguesa) com pelo menos cinco nações africanas (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe).

A despeito de momentos de avanços e recuos constatados, a vontade política, a mudança de rumo diplomático e de orientação na Política Externa Brasileira (PEB) igualmente impulsionaram os acordos educacionais e culturais entre Brasil e o continente africano.

A cooperação brasileira tem registrado grande dinamismo ao longo dos últimos anos. As relações com a África destacam-se no atual quadro de cooperação, fruto essencialmente de uma forte ofensiva diplomática dirigida ao continente pelo ex-Presidente Lula da Silva, mas aliada também a uma intensificação das relações comerciais e do investimento privado direto por parte de empresas e instituições financeiras brasileiras. O entusiasmo acerca da cooperação brasileira é cada vez mais notório nos discursos políticos e na imprensa internacional, comparando-se frequentemente o Brasil a outras potências mundiais, como a China e a Índia, com capacidade para alterar o equilíbrio global da arquitetura do desenvolvimento internacional. A prosperidade econômica e social do Brasil e sua crescente afirmação no plano internacional entraram no imaginário do desenvolvimento de muitos países africanos que veem no percurso do Brasil um ideal atingível. Até que ponto o Brasil irá conseguir gerir e dar resposta às crescentes expectativas e demandas externas é uma questão que permanece em aberto (CABRAL, 2011, p. 25).

Apesar de estar funcionando há apenas cinco anos, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), analisada no item III, do mesmo modo que o Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), aparece como importante mecanismo de fortalecimento e instrumentalização das parcerias educacionais, culturais e técnicas Brasil-África. Como o trabalho mostra, a despeito dos longínquos vínculos históricos e compatibilidades e identidades no plano cultural, faltavam mais relações institucionais nos dois lados do Atlântico (médio e meridional), e a UNILAB seguramente cumpre o papel de suprir essa necessidade.

O futuro das parcerias educacionais Brasil-África e a aproximação cada vez mais intensa entre as duas margens do Atlântico vão depender seguramente, não apenas dos esforços dos atores estatais, mas também dos intercâmbios efetivos entre as instituições de ensino superior e de pesquisas, da circulação de professores e estudantes (enfim, de conhecimentos e saberes), do papel

dos movimentos sociais, das Organizações Não Governamentais (ONGs) e, de uma forma geral, da mobilização e engajamento da sociedade civil.

Referências

ABREU, Aline Fernandes Vasconcelos de (2012). A cooperação Sul-Sul e a atual dinâmica da Agenda Internacional para o Desenvolvimento”. **1º Seminário de Pós-Graduação em Relações Internacionais**. Brasília, 12 e 13 de julho de 2012. Palestra.

AYLLÓN, Bruno (2007). La Cooperación Internacional para el Desarrollo: fundamentos y justificaciones em la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales. **Carta Internacional**, 2 (2): 32-47.

BARROS, Deolindo Nunes de (2007). **A política africana do Brasil e seu conseqüente acordo de cooperação cultural com os países africanos: o caso do intercâmbio educacional com Cabo Verde**. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana, apresentada à Faculdade de Educação da UERJ (Orientador: Pablo Gentili).

BOURDIEU, Pierre (2008). **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 9ª edição. [Traduzido por Mariza Corrêa]. Campinas (SP): Papyrus. Publicado em [https://auladesociologia.files.wordpress.com/2012/04/bourdieu-pierre-razc3b5es-prc3a1ticas.pdf]. Disponibilidade: 10/11/2015.

BRASIL (2000). MEC. **Manual do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior.

BRASIL (2008). **Projeto de Lei nº 3891**. Publicado em [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=6DE2590F00273CACAF9729905B910C17.proposicoesWeb1?codteor=592938&filename=PL+3891/2008]. Disponibilidade: 10/11/2015.

BRASIL (2015). MRE. Divisão de Temas Educacionais. **Histórico do PEC-PG**. Publicado em [http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php]. Disponibilidade: 06/06/2015.

Brasil (2015a). MRE. Divisão de Temas Educacionais. **Histórico do PEC-PG**. Publicado em [http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php#tab4]. Disponibilidade: 18/11/2015.

CABRAL, Lídia (2011). **Cooperação Brasil-África para o desenvolvimento: caracterização, tendências e desafios**. Texto CINDES 16. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento Publicado em [http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2012/09904.pdf]. Disponibilidade: 30/10/2015.

DIÓGENES, Camila Gomes; AGUIAR, José Reginaldo (2013). **UNILAB: caminhos e desafios acadêmicos da cooperação Sul-Sul**. Redenção: UNILAB.

MENDONÇA JUNIOR, Wilson; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (2015). A cooperação técnica do Brasil com a África: comparando os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010). **Revista Brasileira de Política Internacional**, 58 (1): 5-22. Publicado em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292015000100005&lng=en&nrm=iso>]. Disponibilidade: 30/10/2015.

MENEZES, Lená Medeiros de (2007) Movimentos migratórios: resgate necessário nas Relações Internacionais. In LESSA, Mônica & GONÇALVES, Williams da Silva (orgs.). **História das Relações Internacionais: Teorias e Processos**. Rio de Janeiro: Eduerj, 197-222.

MORAIS, Oziel Duarte (2013). **A cooperação bilateral entre Brasil e Cabo Verde: uma análise a partir dos convênios no ensino superior**. Dissertação de Mestrado em Educação apresentada à Faculdade de Educação da Unicamp (Orientadora: Débora Cristina Jeffrey).

MUNGOI, Dulce Maria Domingos Chalé João (2007). Alteridades e fluxos migratórios no “Atlântico Negro”: estudantes africanos no Sul do Brasil. In JARDIM, Denise Fagundes (org.). **Cartografias da imigração: Interculturalidade e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 189-215.

NOGUEIRA, Silvia Garcia (2013a). Entre o burocrático-legal e a hospitalidade: os estudantes internacionais na Paraíba e a Polícia Federal. **Interseções**, 15 (1): 29-47.

NOGUEIRA, Silvia Garcia (2013b). Migraciones internacionales y el fenómeno del *braindrain* en América Latina. In PUYO, Gustavo (ed.). **Relaciones Internacionales: La posición de Colombia en el mundo**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 311-332.

PATARRA, NEIDE; BAENINGER, Rosana (2006). Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21 (60). Publicado em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092006000100005&script=sci_arttext]. Disponibilidade: 30/10/2015.

PECEQUILO, Cristina Soreanu (2008). A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 51(2): 136-153.

PÓVOA-NETO, Helión (2005). A criminalização das migrações na nova ordem internacional. In PÓVOA-NETO, Helión & FERREIRA, Ademir Pacelli (orgs.). **Cruzando Fronteiras Disciplinares: Um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan (NIEM), 297-309.

SANTOS, Tomaz Aroldo da Mota (2015). Discurso de posse como reitor da UNILAB. Brasília, 16 de março de 2015, publicado em [<http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2015/03/Discurso-de-posse-em-Bras%C3%ADlia1.pdf>]. Disponibilidade: 30/10/2015.

SCHULTZ, Theodore W. (1967). **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

SCHULTZ, Theodore W. (1973). **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

SEBASTIÁN, Jesús. (2004) **Cooperación e internacionalización de las universidades**. Buenos Aires: Biblos.

SILVA, Diego Barbosa da (2012). As contradições da cooperação técnica em educação Brasil-CPLP: o caso do Timor Leste. **Carta Internacional**, 7 (2): 127-148.

SILVA, Kelly Cristiane da (2008). A cooperação internacional como dádiva: algumas aproximações. **MANA**, 14(1): 141-171.

ZANESCO, Karlla; SALOMÓN, Mónica (2013). A cooperação universitária para o desenvolvimento: mais do que um rótulo. **Carta Internacional**, 8 (1): 111-130.